

Allen J Scott

Department of Geography, Uni-
versity of California at Los Ange-
les, USA

ajscott@geog.ucla.edu

Michael Storper

Department of Geography and En-
vironment, London School of Eco-
nomics, UK

storper@ucla.edu

Tradução

Ana Maria Leite de Barros³

Doutoranda do Programa de
Pós-graduação em Geografia da
Universidade Federal do Espírito
Santo.

amleitedebarros@gmail.com

1 - Gostaríamos de agrade-
cer a Michael E. Smith e aos
três avaliadores anônimos da
IJURR cujos comentários nos
permitiram fazer melhorias
significativas nos argumen-
tos apresentados neste artigo.

2 - Nota do Editor da revista
Geografares: Agradecemos aos
professores Allen J. Scott e Mi-
chael Storper pela permissão
da publicação dessa tradução
na revista Geografares.

3 - Todas as notas da tradu-
tora estarão designadas por
NT (Nota da Tradutora). As
palavras entre colchetes são
da tradutora. As citações bib-
liográficas seguem as normas
do texto original em inglês
e não as normas da ABNT.

A NATUREZA DAS CIDADES: A ABRANGÊNCIA E OS LIMITES DA TEORIA URBANA¹

Publicado em International Journal of Urban and Regional Re-
search, Volume 39, Issue1 January 2015, pages 1-15²

RESUMO

Há um crescente debate nas últimas décadas sobre o alcance e a substância da teoria urbana. O debate tem sido marcado por muitas afirmações diferentes sobre a natureza das cidades, incluindo declarações de que o urbano é um conceito incoerente, que a sociedade urbana é nada menos do que a sociedade moderna como um todo, que a escala urbana não pode mais ser separada da escala global, e que a teoria urbana até então tem sido profundamente viciada por sua concentração quase exclusiva nas cidades do Norte global. Este artigo fornece alguns pontos de esclarecimento às afirmações como estas. Todas as cidades podem ser entendidas em termos de um quadro teórico que combina dois processos principais, a saber, a dinâmica de aglomeração/polarização e o desdobramento de um nexos associado de localização, usos da terra e de interações humanas. Este mesmo quadro pode ser usado para identificar uma grande variedade de cidades e para distinguir os fenômenos intrinsecamente urbanos do resto da realidade social. A discussão, assim, identifica as dimensões comuns de todas as cidades sem, por um lado, exagerar a abrangência da teoria urbana, ou, por outro lado, sem afirmar que cada cidade individual é um caso especial irreduzível.

Palavras-chave: urbanização, nexos da terra urbana, teoria urbana, história urbana, economia urbana, aglomeração.

ABSTRACT

There has been a growing debate in recent decades about the range and substance of urban theory. The debate has been marked by many different claims about the nature of cities, including declarations that the urban is an incoherent concept, that urban society is nothing less than modern society as a whole, that the urban scale can no longer be separated from the global scale, and that urban theory hitherto has been deeply vitiated by its almost exclusive concentration on the cities of the global North. This article offers some points of clarification of claims like these. All cities can be understood in terms of a theoretical framework that combines two main processes, namely, the dynamics of agglomeration/polariza-

tion, and the unfolding of an associated nexus of locations, land uses and human interactions. This same framework can be used to identify many different varieties of cities, and to distinguish intrinsically urban phenomena from the rest of social reality. The discussion thus identifies the common dimensions of all cities without, on the one hand, exaggerating the scope of urban theory, or on the other hand, asserting that every individual city is an irreducible special case.

Keywords: urbanization, urban land nexus, urban theory, urban history, urban economy, agglomeration.

Não tentar encontrar rapidamente uma definição da cidade; é algo muito grande e é provável que nos enganemos. [texto traduzido da citação original em francês]

Georges Perec (1974: 119)

Um conceito disputado

A citação acima ecoa uma visão generalizada de que as cidades são tão grandes, tão complicadas e tão desprovidas de limites facilmente identificáveis que qualquer tentativa de definir suas características essenciais está condenada ao fracasso. O mesmo problema assombra os estudos urbanos em geral, com uma infinidade de afirmações divergentes sobre a natureza das cidades competindo por atenção. Apesar dessa confusão, a maioria de nós tem pouca hesitação em lidar com proposições cotidianas, por exemplo, de que as cidades estão crescendo rapidamente no mundo todo ou que a urbanização está avançando com mais força do que em qualquer outro momento da história humana. De fato, a urbanização é uma característica tão proeminente do nosso mundo que programas acadêmicos em sintonia com essa questão continuam a proliferar, ainda que se multi-

pliquem os desentendimentos sobre como exatamente as cidades devem ser conceituadas e estudadas.

Como podemos entender e, esperamos, apontar o caminho para a resolução dessas tensões? E o que qualquer resolução poderia significar para as abordagens atualmente predominantes na análise urbana? Estas são questões difíceis e qualquer tentativa de respondê-las deve envolver várias manobras teóricas e empíricas complexas. Na próxima seção, estabelecemos o cenário para essa tentativa, destacando uma série de ideias que tem sido o foco do debate em diferentes estágios no desenvolvimento de estudos urbanos nas últimas décadas. A discussão subsequente se move então para um esforço em identificar alguns denominadores comuns básicos de análise urbana e para descrever suas implicações em novas pesquisas.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Tendências da teoria urbana

Nas primeiras décadas e em meados do século XX, uma espécie de ortodoxia, baseada no trabalho da Escola de Sociologia Urbana de Chicago, pode-se dizer, reinava na análise urbana. Pesquisas clássicas de estudiosos como *Park et al* (1925), *Wirth* (1938) e *Zorbaugh* (1929) tratavam a cidade principalmente como um agregado de bairros socialmente diferenciados apanhados em uma dinâmica de avanço e sucessão ecológica, juntamente com mentalidades e comportamentos associados. No final da década de 1960, no entanto, as ideias desta escola de pensamento começaram a ser submetidas a um intenso escrutínio crítico, principalmente por *Castells* (1968), que sugeriu que não há nada especialmente urbano sobre as questões estudadas sob a bandeira da sociologia urbana, porque no final das contas, são simplesmente questões da sociedade em geral. *Castells* (1972) mais tarde rejeitou o trabalho da Chicago School como sendo nada mais do que uma ideologia que ofusca a mais fundamental natureza do capitalismo como um quadro de organização social. Assim, no início da década de 1970, os principais vestígios da Escola de Chicago estavam sendo varridos por um poderoso fluxo de abordagens marxistas e *marxizantes*. De diferentes formas, *Castells* e outros analistas, como *Lefebvre* (1970) e *Harvey* (1973), insistiram em um conceito da cidade como um teatro de luta de classes, centrado nos mercados de terras

como máquinas de distribuição de riqueza para as classes altas e em reivindicações políticas associadas às classes baixas sobre os direitos dos cidadãos ao espaço e aos recursos urbanos. Além disso, um eco dos argumentos de *Castells* sobre a cidade como uma ideologia pode ser encontrado no trabalho de *Saunders* (1981), que vai até sugerir que a cidade não é em si mesma um objeto de análise significativo, mas apenas um recipiente geográfico arbitrário de diversos fenômenos econômicos, sociais e políticos.

A década de 1980 trouxe muitos novos argumentos sobre as cidades e a urbanização. Deve ser dada especial importância a três linhas principais de investigação. Em primeiro lugar, estudiosos feministas como *Massey* (1991) e *McDowell* (1983) estabeleceram um quadro analítico focado nas dimensões de gênero das cidades, enquanto outros estudiosos revitalizaram um interesse de longa data em etnicidade, raça e classe em contextos urbanos (ver, por exemplo, *Jackson*, 1989, *Waldinger* e *Bozorgmehr*, 1996). Ambas as linhas de pesquisa forneceram informações sobre o desenvolvimento e o deslocamento de bairros e sobre as diferentes formas nas quais classes de pessoas socialmente diferenciadas estão ordenadas espacialmente nas cidades. Em segundo lugar, houve um rápido crescimento de pesquisa desenvolvidas a partir do trabalho de autores como *Friedmann* e *Wolff* (1982) e *Sassen* (1991) sobre a ascensão de um sistema urbano global e sobre os efei-

tos da globalização na estrutura interna das cidades. Uma terceira grande tendência girou em torno da reconceitualização de preocupações mais antigas sobre política urbana e governança por Brenner (1999), Cochrane (2006), Harvey (2007; 2012), Jessop (1997) e outros. Este último corpo da literatura está muito preocupado com a natureza dinâmica das escalas de governança política - das cidades para Estados e para o global - e com a dominação neoliberal desse processo. Todas essas diferentes linhas de investigação urbana continuam a se desenvolver e crescer no presente momento.

Na virada do milênio, várias mudanças importantes na sensibilidade teórica sobre as cidades podem ser detectadas e algumas delas se tornaram bastante influentes. Uma dessas mudanças envolve uma forte crítica pós-colonial da teoria urbana. Em particular, Robinson (2006) e Roy (2011a) argumentam que muitas teorias urbanas do século XX, com suas raízes ancoradas profundamente no Norte global, sofrem de paroquialismo intelectual e, portanto, suas reivindicações de universalidade devem ser questionadas. A este respeito, Robinson (2011) fornece uma defesa enérgica do que ela chama de “gesto comparativo” como sendo a base para a construção de conhecimento sobre as cidades e para evitar os perigos da teorização *a priori*, especialmente quando se está baseado em uma amostra limitada de cidades do Norte global. Roy e Ong (2011) se baseiam nesses pontos de partida

em seu apelo pela ‘mundificação’⁴ da cidade, o que significa um esforço para trazer mais cidades à perspectiva investigativa e um reconhecimento das relações reflexivas entre o urbano e o global. Em alguns aspectos, essas abordagens pós-coloniais recentes ecoam o trabalho de escritores pioneiros como Abu-Lughod (1965), Jacobs (1998) e King (1976) que definem o urbanismo pós-colonial de uma maneira bastante literal, isto é, como uma condição urbana moldada pela experiência do colonialismo. No período pós-colonial, esta forma inicial de desenvolvimento urbano se mescla ou interage com experiências subsequentes de desenvolvimento moldadas por políticas e processos nacionais e globais. Mas não houve reivindicação, nesses trabalhos pioneiros, de que a análise das cidades pós-coloniais exigia a rejeição da teoria urbana existente ou o desenvolvimento de formas alternativas de teorização.

Uma segunda mudança recente, que se sobrepõe a primeira no trabalho de alguns estudiosos, exige novos tipos de abordagens metodológicas para a pesquisa urbana, baseadas, sobretudo, na teoria do ator-rede e na teoria do agenciamento. Essas abordagens geralmente ocorrem através da construção de redes rizomáticas de relações urbanas, humanas e não humanas (ver, por exemplo, Ong and Collier, 2004; Robinson, 2004; Sassen, 2008; Farías e Bender, 2010; McFarlane, 2010; 2011; Rankin, 2011). Trabalhar nesta segunda linha é uma tentativa

4 - Nota da Tradutora (NT): Os autores se referem ao termo *worlding*, conceito trabalhado no livro “*Worlding Cities: Asian Experiments and the art of being global*” das autoras, Ananya Roy e Aihwa Ong, ambas professoras da UC Berkeley à época da publicação do livro no qual tratam da crescente importância que as cidades asiáticas passam a ter no mundo global contemporâneo. O conceito de *Worlding* foi cunhado pela teórica indiana Gayatri Spivak. Para Spivak, *worlding* refere-se a uma prática discursiva dos países colonizadores de descrever e representar o outro (o colonizado, o nativo) para produzir uma ideia de inferioridade. Em Roy e Ong, contudo, *worlding* é “empregado para identificar os projetos e práticas que fundamentam uma visão de mundo em formação”. Para as autoras, o sentido em que usam o termo e as práticas a eles associadas “não se encaixam (...) em lados opostos de divisões de classe, políticas ou culturais”. Elas adotam “uma formulação não ideológica de *worlding*” que, no sentido em que empregam, está ligado “à ideia de emergência, de que as situações globais estão sempre em formação”, propondo formas mais cosmopolitas da teoria urbana que não se resumem às visões clássicas do Norte sobre o Sul.



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

de construir imagens do urbano ou do território através da construção de descrições complexas de situações urbanas marcadas por forte particularidade substantiva (ver Wachsmuth et al., 2011). Este trabalho evita abstração teórica *a priori*, embora às vezes tente generalizar através da construção de tipologias com base em associações entre os fenômenos que descreve (veja, por exemplo, Roy e Ong, 2011). Ainda assim, o tom geral destes trabalhos é capturado pela noção da “cidade comum” de variedade e especificidade, como descrita por Amin e Graham (1997), que coloca forte ênfase nas particularidades dos lugares urbanos singulares.

Essa amostragem muito breve da literatura desde o início do século XX até o presente indica que os estudos urbanos são suscetíveis a descontinuidades e disjunções endêmicas cada vez maiores nos quadros conceituais, nas questões e nas metodologias que dominam a pesquisa. Isso não é inteiramente surpreendente, dada a complexidade das causas da urbanização e a natureza multifacetada do urbano. Da mesma forma, a “questão urbana”, no sentido de pesquisa que está ligada a objetivos políticos [politics] ou preocupações políticas [policy]⁵, parece mudar de direção a cada nova geração de estudiosos do urbano. Essa sensação de fragmentação se reflete ainda nas palavras-chave que mudam constantemente e que circulam através da literatura em sucessivas tentativas de capturar conjunturas espaciais ou temporais específicas do desenvolvimento

urbano. Termos como cidades cativas, cidades manipuladas, cidades pós-modernas, cidades insurgentes, cidades consumidoras, cidades como máquinas de entretenimento, cidade carceral, cidade neoliberal, cidade fragmentada, cidade dual, cidade digital, cidade global e cidade criativa, entre muitos outros, são alguns exemplos destas palavras-chave.

Reexaminaremos algumas das ideias discutidas acima em uma fase posterior da discussão quando comentaremos mais sobre elas à luz de nossa própria análise. Dito isto, nosso objetivo geral neste artigo não é envolver-se em uma crítica detalhada da literatura e, certamente, não negar que as cidades exibem uma variação empírica considerável ao longo do tempo e do espaço ou que as cidades podem ser estudadas de forma aproveitável como casos únicos. Em vez disso, estamos preocupados em tentar construir um conceito geral do urbano e do processo de urbanização que acreditamos poder ajudar a trazer um vocabulário comum aos debates que proliferam dentro deste campo. Qualquer conceito desse tipo também contribuirá para a pesquisa sobre as cidades, ao nos fornecer indicadores que facilitam a tarefa crucial de demarcar a lógica interna da urbanização diferenciando-a de outros processos sociais. Assim, pensamos que nossa abordagem teórica realmente ajuda a iluminar em vez de distorcer as particularidades de cidades específicas e de grupos de cidades. Pelo menos parte da cacofonia na literatura de

5 - NT: Os termos “*politic*” e “*policy*” foram traduzidos como “*política*” e suas flexões em número e gênero, mas existe diferença entre eles. “*Politics*” se refere à ciência que trata dos fenômenos relativos ao Estado. “*Policy*”, por outro lado, se refere à diretriz, aos princípios, à filosofia, à linha de ação, etc. implantada por qualquer tipo de organização, até mesmo o próprio governo como no caso de políticas públicas.

estudos urbanos pode, em parte, ser rastreada ao fracasso dos pesquisadores em serem claros sobre essas questões de definição e demarcação.

As origens históricas das cidades

Todas as cidades consistem em densas aglomerações de pessoas e atividades econômicas, mas existem fortes ambiguidades sobre onde e como deve ser demarcado um limite inferior de tamanho. Mesmo assim, reconhecer a densidade e a aglomeração como características gerais das cidades levamos apenas até a busca de uma explicação da urbanização ou à busca de respostas às questões identificadas acima. Qualquer tentativa de construir um conceito geral de cidade está viciada pelo fato de que geralmente as cidades também possuem uma enorme diversidade de fenômenos empíricos. A teoria urbana é, portanto, confrontada com a tarefa de buscar uma maneira de levar em consideração uma série complexa de semelhanças e diferenças. Podemos agrupar todas as cidades como uma classe comum de fenômeno? Ou devemos dividi-las em várias classes diferentes e incomensuráveis e, no caso extremo, em tantas classes quanto existem cidades específicas? O passo inicial para responder a estas questões é definir algumas características da urbanização ao longo do tempo e ao redor do mundo que podem abrir possibilidades para uma primeira etapa de descrição teórica.

As primeiras formas históricas de urbanização

As cidades emergem historicamente apenas onde um excedente de alimentos pode ser extraído. Uma vez que emergem na paisagem, elas têm fortes efeitos de feedback sobre o desenvolvimento da agricultura (Jacobs, 1969). Além disso, quando o campo gera um excesso de produção em relação às necessidades de subsistência, uma coorte de consumidores não-agrícolas do excedente pode ser mantida. Os membros desta coorte, que frequentemente possuem alguma combinação de poder político, militar, religioso e econômico, muitas vezes se reúnem no espaço geográfico para formar lugares urbanos ou proto-urbanos (Childe, 1950; Pirenne, 1952 [1925], Bairoch, 1988; Braudel, 1995 [1949]). Mesmo nas primeiras cidades, as aglomerações de atividades tais como a administração política, atividades cerimoniais e religiosas, a produção artesanal (por exemplo, para bens de luxo ou equipamento militar) e o comércio quase sempre constituíram o núcleo do processo urbano (Wheatley, 1971). A aglomeração ocorre porque atividades como essas implicam divisão do trabalho e outras interdependências como aquelas expressas em relações transacionais cujos custos dependem da distância e porque podem colher sinergias funcionais ao aglomerar-se no espaço geográfico. Vários tipos de infra-estrutura ajudam a consolidar o processo dinâmico



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

resultante de aglomeração. Em outras palavras, uma das características centrais da urbanização sempre foi suas qualidades geradoras de eficiência através da aglomeração.

Os primeiros centros urbanos parecem ter surgido no Oriente Médio por volta de 7500 aC. Todos eles eram agrupamentos de assentamentos de tamanho modesto, como Jericó e Byblos. Por volta de 3500 aC, os excedentes agrícolas estavam crescendo e muitas outras cidades se formaram na área geográfica que vai desde a Mesopotâmia até a costa do Mediterrâneo e do Egito, bem como até a Índia. A revolução concomitante na organização social e na formação do Estado, conforme descrito por Childe (1950), se refletiu na urbanização: assentamentos permanentes densos, contendo especialistas não-agrícolas e edifícios públicos monumentais, e exibindo relações de classe baseadas em diferenças de riqueza e poder (Smith, 2009). As ondas subsequentes de urbanização nos primeiros Estados mais avançados do mundo incluem as cidades micênicas e minoanas da Grécia antiga, em torno de 2000 aC, as cidades chinesas ao longo do rio Amarelo no período 2000-1500 aC, a Roma antiga em torno de 700 aC e as cidades da Mesoamérica por volta de 200 aC. Complementar a esses desenvolvimentos ocorreram avanços nas tecnologias de transporte para movimentar pessoas e bens. De fato, as cidades sempre funcionaram como nós em sistemas de comér-

cio de longa distância, como exemplificado principalmente por Roma no tempo de Augusto, com sua população de mais de 1 milhão, e que funcionava como o nó central em um sistema de comércio bem organizado que se estendia do norte da Europa até o sul do Mediterrâneo e a Pérsia (Ward-Perkins, 2005). É importante notar que essas atividades comerciais de longa distância frequentemente resultaram em notável especialização econômica de centros urbanos individuais (McCormick, 2001).

Se a urbanização obteve crescimentos impressionantes em várias regiões do mundo nos 5.000 anos anteriores a 1500, o crescimento urbano ainda estava sujeito a severas restrições. Mesmo em áreas onde a urbanização era relativamente robusta, não avançou de forma contínua e linear, uma vez que a maioria das cidades foi apanhada em uma armadilha Malthusiana, decorrente de excedentes agrícolas incertos. A partir da era da exploração europeia nos séculos XVI e XVII, no entanto, algumas dessas restrições começaram a se tornar menos importantes (Mann, 2011). Os custos do comércio a longa distância começaram a diminuir acentuadamente, o que permitiu interligações mais estreitas entre centros urbanos distantes e que eram, muitas vezes, altamente especializados. Apesar desses desenvolvimentos, foi somente após o final do século XVIII, principalmente na Europa Ocidental, que a armadilha malthusiana foi decisivamente superada. A chave para este

desenvolvimento foi o aumento sem precedentes dos níveis de produtividade econômica desencadeado pela Revolução Industrial (Maddison, 2001; Bourguignon e Morrisson, 2002). Isso não só possibilitou a produção de produtos manufaturados em quantidades e variedades até então inéditas, mas também – por meio da mecanização – a superação das limitações da agricultura e dos caprichos da natureza a que a agricultura está submetida. A Revolução Industrial continuou na era moderna quando a urbanização começa a se consolidar. Esta é uma época em que a relação fundamental entre desenvolvimento econômico e urbanização torna-se especialmente clara.

A industrialização e suas consequências

À medida que a Revolução Industrial se intensificou nos países capitalistas mais avançados no século XIX, foi acompanhada por ondas de crescimento urbano que culminaram nas grandes cidades industriais dos cinturões industriais norte-americanos e da Europa Ocidental. O século XIX também viu o crescimento dos centros de entreposto, de processamento de recursos, administrativos e comerciais na Ásia, América Latina e partes da África, frequentemente sob o domínio dos governantes coloniais. Mais tarde, especialmente após a metade do século XX, algumas cidades do mundo em desenvolvimento se expandiram sob os auspícios de programas

de industrialização patrocinados pelos governos. As cidades continuaram a crescer nos principais países capitalistas ao longo do século XX com base na industrialização, mas, a partir da década de 1970, muitas delas passaram por um período de desindustrialização com os empregos se dispersando para regiões e países com baixos salários, levando, em muitos casos, a condições severas de crise no centro. Após um período de transição de crescimento lento na década de 1970 e início da década de 1980, as grandes cidades no centro experimentaram novamente um forte ressurgimento durante os anos 80. As cidades agora se encontraram no ponto focal de uma nova economia “pós-fordista”, caracterizada por uma mudança decisiva daquilo que antes era centrado na fabricação intensiva de materiais para vários tipos de setores de alta tecnologia, de gestão, de logística, de serviços, de design e de cultura. A intensificação da globalização e a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho desde o final da década de 1970 também promoveram uma grande onda de urbanização nos países em desenvolvimento, onde muitas cidades agora funcionam como produtores significativos de bens industrializados para exportação (McKinsey Global Institute, 2012). Mais recentemente, várias cidades em países do antigo “terceiro mundo” (especialmente cidades muito grandes como Hong Kong, Seul, Xangai, Cingapu-



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

6 - *Reconhecemos que pelo menos alguns teóricos urbanos pós-coloniais podem entender essas observações como equivalentes a uma visão “desenvolvimentista” dos processos urbanos na qual as cidades que estão fora do Ocidente desenvolvido moderno são vistas (pejorativamente) como sendo caracterizadas apenas em termos do que não são (ou seja, desenvolvidas e modernas). Não temos qualquer intenção de insinuar nenhuma dessas interpretações aqui.*

Allen J Scott
Michael Storper

ra, Cidade do México e São Paulo) também começaram a reduzir o emprego na indústria e a participar ativamente na nova economia pós-fordista (Scott, 2011).

Nos últimos 200 anos, a população e as cidades de todo o mundo cresceram continuamente e em uma taxa maior do que em qualquer momento do passado. No mundo contemporâneo, a urbanização alcançou novos níveis de desenvolvimento tanto nas partes mais avançadas do mundo do ponto de vista econômico como em muitas partes menos avançadas, e a humanidade atualmente está mais urbanizada do que nunca. O ponto crítico para os propósitos presentes, no entanto, é que, ao longo do curso da história, a urbanização tem sido fundamentalmente engendrada por uma interação complexa entre desenvolvimento econômico, divisão do trabalho, aglomeração, especialização e comércio exterior. Assim, podemos dizer que a mais básica razão de ser das cidades, certamente na era moderna, reside em seu papel como centros de produção e trocas econômicas dentro de sistemas mais amplos de comércio regional, nacional e internacional. As cidades são sempre muito mais do que isso, como veremos em breve; no entanto, é apenas por meio de uma análise que começa com a complexa dinâmica espacial das atividades econômicas que podemos chegar a uma compreensão da dinâmica de aglomeração comum a todas as cidades.

Aglomeração: produção, comércio e urbanização

O aumento dos níveis de desenvolvimento econômico em qualquer país tem fortes impactos causais no crescimento urbano através de processos de aglomeração e especialização. Esta relação é manifesta em uma relação empírica consistentemente positiva entre as taxas nacionais de urbanização (ou seja, os habitantes das áreas urbanas como uma porcentagem da população total) e o PIB per capita (ver Renaud, 1979)⁶. No entanto, uma relação bidirecional interdependente também está aqui sendo trabalhada, ou seja, uma relação na qual as cidades constituem os fundamentos básicos para o crescimento e para o desenvolvimento econômico contínuo (Banco Mundial, 2009; Henderson, 2010). A expansão econômica e a urbanização devem, portanto, ser devidamente compreendidas como sendo interligadas em uma relação recursiva dependente da trajetória ao longo do tempo com seu ponto crítico de articulação focado em processos de aglomeração.

Há agora uma enorme literatura sobre os aspectos técnicos da aglomeração, como tal, e, portanto, pouco ou nenhum ensaio sobre este tema será feito aqui, exceto talvez notar que, nos termos expressos por Durranton e Puga (2004), a aglomeração pode ser geralmente entendida como mecanismo de partilha, correspondência e aprendizagem. A partilha refere-se a interligações locais densas dentro dos sistemas de produção, bem como a indivisi-

bilidades que a tornam necessária para fornecer alguns tipos de serviços urbanos como os bens públicos. A correspondência refere-se ao processo de emparelhamento de pessoas e empregos, um processo que é bastante facilitado onde existem grandes agrupamentos locais de empresas e trabalhadores. A aprendizagem refere-se aos densos fluxos de informação formal e informal (que tendem a estimular a inovação) que são tornados possíveis pela aglomeração e que, por sua vez, reforçam a aglomeração. Em conjunto, essas propriedades da aglomeração dão origem a sinergias econômicas poderosas e mensuráveis (ver também Scott, 1988; Storper 1997; 2013; Fujita e Thisse, 2002).

Essas observações são contrárias à afirmação de Amin e Thrift (2002: 27) de que a cidade “não é um lugar de vínculos de proximidade significativos” e que nenhum efeito econômico e social específico decorre da “aglomeração, densidade e proximidade” (ibid: 53). Pelo contrário, essas dimensões da realidade urbana são características fundamentais e definidoras de cidades em todos os lugares, mesmo em um mundo em que as cidades estão cada vez mais interconectadas. Mas, além disso, a aglomeração como processo e resultado vai muito além da questão restrita dos fundamentos técnicos da geografia econômica, pois é uma característica quase universal da existência humana. A aglomeração toca muitas dimensões sociais, culturais e políticas/administrativas da vida

humana; e, como resultado, tem poderosos efeitos de feedback não apenas no desenvolvimento econômico, mas também na sociedade como um todo. Em nenhum momento da história isso ocorreu mais do que atualmente. A aglomeração é a cola básica que mantém a cidade unida como um agregado complexo de atividades humanas, e isso está subjacente – através dos recursos endêmicos comuns da comunidade e dos conflitos sociais das áreas urbanas – a uma forma altamente distintiva de política, como mostraremos mais tarde. Além disso, devemos lembrar mais uma vez que as funções econômicas das cidades são profundamente moldadas pelo comércio exterior. As cidades não se desenvolvem e crescem apenas com base em suas relações internas; elas também são moldadas por ordenamento locacional em todo o espaço geográfico. O comércio permite que as cidades se especializem e vendam a sua produção em troca da produção especializada de outros lugares. A viabilidade econômica das cidades e o crescimento do comércio de longa distância são, portanto, fenômenos complementares e que se reforçam mutuamente. No capitalismo, em particular, a dinâmica básica da aglomeração de capital e trabalho combinada com o ordenamento inter-regional de pessoas, residências, capital e empresas leva a sistemas de cidades interligadas, mas especializadas, em várias escalas de resolução, do nacional ao global (Black e Henderson, 2003, Henderson e Venables, 2009).



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

Essa ênfase na aglomeração aponta diretamente para uma questão relacionada que há muito tem sido objeto de um debate considerável, pois se a noção de aglomeração tem algum significado, não deveríamos também circunscrever aglomerações individuais no espaço geográfico e, certamente, no limite, distinguir uma aglomeração de outra? Esta questão assumiu uma importância renovada em vista das argumentações de Brenner (2013), que sugere que estamos entrando agora em uma era de campos urbanos planetários que questionam qualquer insistência na escala especificamente local de aglomeração. Nós já observamos que todas as cidades, desde tempos antigos, têm funcionado como sistemas de interações locais densas imbricadas em movimentos complexos de longa distância de pessoas, bens e informações. Em vista dessa observação, nós reconhecemos de uma vez que as cidades estão fortemente e cada vez mais interligadas entre si em redes relacionais. Da mesma forma, não pode haver um limite rígido e absoluto entre qualquer cidade e o resto do espaço geográfico. Uma vez que essas questões foram apontadas, precisamos ainda asseverar o status da cidade como uma articulação concreta, localizada e escalar dentro do espaço econômico como um todo, identificável em razão de sua polarização, seus usos especializados da terra, suas redes de interação relativamente densas (incluindo seus ritmos diários e semanais de vida) e as formas nas quais molda não apenas os

processos econômicos (como a formação da terra urbana, a habitação e os custos do trabalho), mas também as dinâmicas de socialização, de mentalidades e de culturas. Podemos dizer que a cidade está para a economia espacial, tal qual uma montanha está para a topografia mais ampla em que está contida. Nem no caso da cidade nem no da montanha pode ser desenhada uma linha definitiva que as separa de seu contexto mais amplo, mas em ambos os casos, certas diferenças de intensidade e de forma tornam razoável e pragmaticamente significativo tratá-las como entidades separáveis. Além disso, a especificidade do urbano depende não tanto da taxa bruta das suas transações internas para as externas, mas também das qualidades contrastantes desses dois conjuntos de transações e seus efeitos locais. De fato, as transações intra-urbanas geralmente são bastante diferentes das transações de longa distância, na medida em que tendem a ser marcadas por altos custos por unidade de distância e denso conteúdo de informação tácita (daí a frequente necessidade de contato presencial), e esses tipos de transações interpessoais são um dos pilares da aglomeração urbana (Storper e Venables, 2004; veja também Scott, 2001).

Seja como for, mesmo com a intensificação da globalização, há muitas evidências empíricas que sugerem que a escala urbana de interação permanece, cada vez mais na verdade, extremamente vibrante (Duranton e Storper, 2008). Em seu

trabalho sobre a urbanização norte-americana, Pred (1973) apontou que já no século XVIII havia tendência para que as transações locais se expandissem junto com o crescimento do comércio de longa distância. Hummels (2008) indicou que a vasta maioria do comércio atual ocorre em âmbito puramente local, e outros analistas como Charlot e Duranton (2006), Reades (2010) e Storper e Venables (2004) mostram que as interações face-a-face locais e as viagens de negócios de longa distância crescem como complementos uma da outra. Da mesma forma, as interações científicas localizadas aumentam conjuntamente com as trocas científicas e de conhecimento de longa distância (Zucker e Darby, 2006; Sonn e Storper, 2008). Ou mais precisamente, o surgimento de um sistema mundial globalizante tem sido associado – pelo menos por enquanto – não com o desaparecimento da cidade, mas sim com a intensificação dos processos de aglomeração/urbanização em todos os cinco continentes.

O nexo [nexus]⁷ da terra urbana

A discussão até este ponto identifica um aspecto importante do processo de urbanização como sendo enraizado na concentração espacial da produção e em uma dinâmica multifacetada, circular e cumulativa de aglomeração e ordenamento. Nós agora construiremos nesta base a identificação de uma característica relacionada às

cidades que seja igualmente fundamental para qualquer descrição da natureza da cidade. Referimo-nos a esta característica como o *nexo da terra urbana*, o que significa um conjunto interativo de usos da terra que expressa as formas nas quais as atividades sociais e econômicas da cidade se condensam em um mosaico locacional, diferenciado e polarizado (Roweis e Scott, 1978; Scott, 1980). O *nexo da terra urbana*, em outras palavras, corresponde ao tecido essencial do espaço intra-urbano. Esse fenômeno emerge como uma expressão extensiva da aglomeração e, na sociedade moderna, é moldado de forma significativa pelo comportamento das firmas buscando locais de produção e das famílias que buscam espaço para viver. Essas formas de comportamento geralmente são estruturadas por mecanismos de mercado que geram preços de terra que arbitram usos e que sustentam padrões distintivos de alocação espacial. Além disso, os proprietários e usuários de terras (empresas e famílias) demandam tipos específicos de proximidade em relação ao outro, ao mesmo tempo em que procuram evitar locais onde possam sofrer efeitos de transbordamento negativos e outros efeitos nocivos sobre suas atividades. No entanto, os resultados dessa atividade são inerentemente problemáticos. Isso ocorre porque o fornecimento de espaço em qualquer ponto da cidade é sempre fortemente inelástico, de modo que as preferências em relação ao acesso e à separação (ou, alternativamente,

7 - NT: “Nexus”, no original. “Nexo” no sentido de elo, relação, vínculo



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

buscar a proximidade e evitar a proximidade) quase nunca podem ser plenamente satisfeitas, uma situação que é ampliada pelas diferenças na capacidade de pagar e pelas rigidezes locais que são elementos intrínsecos das formas construídas do nexo da terra urbana.

As empresas e as famílias representam os elementos fundamentais de duas grandes divisões do nexo da terra urbana, identificáveis respectivamente como o espaço de produção da cidade onde o trabalho e o emprego estão concentrados e o espaço social da cidade manifestado em bairros residenciais, tipicamente diferenciados por variáveis tais como renda, raça e classe. Além disso, um terceiro espaço pode ser detectado, o espaço de circulação da cidade, que é representado pelas infra-estruturas e conexões arteriais que facilitam os fluxos intra-urbanos de pessoas, bens e informações. Esses três componentes principais do nexo da terra urbana são marcados por uma infinita diversidade empírica e interpenetração, dando origem, por sua vez, aos altos níveis de idiosincrasia que caracterizam cada cidade individualmente. No entanto, eles também podem ser descritos em termos teóricos em razão de suas raízes em processos generalizáveis de aglomeração/polarização e de sua integração funcional no espaço urbano como um todo. Além disso, e mesmo que grande parte do espaço interno da cidade esteja dividida em unidades de terra que podem ser apropriadas e trocadas individualmente, o nexo de terra urbana é muito

mais do que uma simples agregação de locais privados independentes. Unidades da terra urbana - no sentido de locais individuais no espaço intra-urbano, bem como bairros ou distritos inteiros, atendidos por infra-estrutura, e com características moldadas pela proximidade ou pela separação de outros usos da terra - refletem as muitas ações individuais, comunais e políticas que invariavelmente interferem nelas. Esta observação inclui, mas vai além, a noção padrão de que o uso privado da terra gera efeitos de externalidade ou que sua produção é o resultado de intervenções públicas diante das falhas do mercado. A natureza essencial da terra urbana é que é simultaneamente privada e pública, individual e coletiva, e que sua estrutura e a sua forma expressam as dinâmicas interconectadas das ações individuais das firmas e das famílias e da ação coletiva por parte de diversas instituições de controle e governança.

Como corolário, o nexo da terra urbana é o local de ativos e passivos extensivos comuns, um ponto que significa, na ausência de mecanismos efetivos de coordenação coletiva, que está sujeito a vários tipos de disfuncionalidades que vão desde o colapso de infraestrutura até conflitos locais à deterioração dos bairros e à poluição ambiental. Sem instituições capazes de implementar medidas relevantes de planejamento e políticas, essas disfuncionalidades prejudicariam inquestionavelmente a viabilidade da cidade, pois a lógica

de mercado sozinha é, de forma congênita, incapaz de regular os comuns urbanos aos interesses da eficiência econômica e do bem-estar social. Por conseguinte, as operações de ação coletiva não mercantis surgem tipicamente para manter o nexo da terra urbana em algum tipo viável de funcionamento. Às vezes, essas ações são de caráter puramente local e, às vezes, elas existem em níveis mais altos na hierarquia geral da governança. A regulação do uso da terra, por exemplo, é principalmente (mas não necessariamente exclusivamente) iniciada por instituições *locais*, incluindo agências governamentais formais e vários tipos de associações civis. O apoio financeiro para projetos de construção de transportes, ao contrário, é frequentemente fornecido por agências de nível superior. Ao mesmo tempo, as operações de ação coletiva, urbanas e supra-urbanas, muitas vezes estão envolvidas em formas de intervenção direcionadas a questões que existem dentro da cidade, mas que têm apenas uma relação indireta com o nexo da terra urbana. Exemplos desse tipo de intervenção podem incluir a regulamentação dos arranjos administrativos hospitalares ou a formulação de regras de segurança aeroportuária. Nesta última conexão, além disso, as coletividades locais frequentemente atuam como agentes de retransmissão de atribuições de nível hierarquicamente superior para as circunscrições urbanas. Como consequência dessas diferentes correntes opostas detectáveis em instituições gover-

namentais urbanas, existe um sentido real no qual pode-se dizer que estas desempenham um papel híbrido, que é puramente local (e um elemento intrínseco da dinâmica do nexo da terra urbana) e um que é impulsionado por pressões socioeconômicas mais amplas. Pode ser que pelo menos uma parte da confusão generalizada quanto ao propósito e às funções do governo urbano (como expressado, por exemplo, por Cochrane, 2006) é devido à incapacidade de reconhecer essa interpenetração essencial de escalas e funções na esfera da governança.

A abrangência e os limites do urbano

Esta massa de relações urbanas deve agora ser definida no contexto mais amplo da sociedade como um todo, sem, contudo, misturar as duas para que aquilo que distingue a cidade não seja perdido. No momento atual da história, os processos de urbanização são profundamente moldados pelas relações sociais e de propriedade do capitalismo, embora não possam ser reduzidas a expressões funcionalistas dessas relações, porque também são moldadas por ideias, interesses e política. Assim, as cidades de hoje fornecem as bases essenciais para que a maioria dos sistemas econômicos funcione, mas não cumprem automaticamente esse papel de forma ótima. Pelo contrário, as cidades muitas vezes geram condições que têm impactos negativos na viabilidade de acordos econômicos, políticos ou sociais mais am-



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

plos.

Um ponto de partida para lidar com esses assuntos é re-tomar os argumentos feitos na seção anterior e insistir na distinção entre as questões que se encontram nas cidades - mas que não são intrinsecamente urbanas nas suas características - e as questões das cidades em senso estrito como identificado aqui, ou seja, que giram em torno de processos de aglomeração e polarização e interações associadas no nexos da terra urbana. Por exemplo, geralmente há muitas pessoas pobres nas cidades, mas isso não significa necessariamente que todos os aspectos da pobreza sejam inerentemente urbanos ou que a pobreza seja causada principalmente pela urbanização (Slater, 2013). A pobreza é engendrada principalmente por um conjunto de processos macro-sociais relacionados com o nível de desenvolvimento econômico, com a estrutura das oportunidades gerais de emprego e a disponibilidade de educação e formação. Dito isto, certas condições urbanas podem, de forma incontestável, agravar ou melhorar os níveis de pobreza, por exemplo, onde há concentração de problemas, como uma cultura de gangues predominante que influencia os níveis de desempenho educacional das crianças (Sampson, 2012). A atenção das ações políticas a essas questões especificamente urbanas pode produzir ajustamentos nas taxas globais de pobreza, mas não eliminará a pobreza de uma vez por todas. O boom e a quebra do mercado habitacional nos Estados Uni-

dos durante a primeira década do século XXI fornecem outro exemplo da diferença analítica entre os problemas que ocorrem nas cidades e os problemas das cidades. O boom do sub-prime imobiliário não foi causado primordialmente pela urbanização, mas sim por uma série de inovações no setor financeiro relacionadas à extensão do crédito hipotecário a famílias de risco creditício. O excesso concomitante de provisão de capital gerou uma bolha de preços de ativos no setor imobiliário, de modo que, quando o retorno dos investimentos neste setor entrou em colapso, ocorreu uma espiral de queda dos valores imobiliários e de abandono de imóveis. Como consequência, uma crise que não era inicialmente fundamentalmente urbana foi posteriormente traduzida em termos especificamente urbanos, uma vez que se manifesta na deterioração dos bairros e nas cadeias de externalidades negativas relacionadas. Essas observações nos ajudam a identificar o urbano como um domínio de análise e, especialmente, recuperar pelo menos algumas das suas características essenciais do ecletismo (e das falhas concomitantes da aplicação de políticas) que atualmente assombra o campo dos estudos urbanos.

Generalidade e diferença na análise urbana

As cidades estão sempre inseridas em sistemas mais amplos de relações sociais e políticas em diferentes escalas. Essas circunstâncias con-

textuais marcam centros urbanos específicos com diversas características distintivas e dão origem a numerosas variações em sua forma e função ao longo do tempo e do espaço. Assim, algumas cidades entraram em uma fase pós-industrial, outras são dominadas pelo emprego industrial; algumas estão localizadas em países relativamente prósperos, outras estão em países onde prevalece a pobreza desenfreada; algumas estão inseridas em sociedades que são relativamente homogêneas em termos de composição racial e étnica, outras em sociedades caracterizadas por uma enorme diversidade nesses aspectos; algumas são abrangidas por quadros sociais e políticos autoritários, outras por relações mais abertas e democráticas; algumas estão no Norte global, outras estão no Sul global; e assim por diante, virtualmente *ad infinitum*. Podemos perguntar, as variações reconhecidamente enormes na composição empírica das cidades que resultam dessas diferentes circunstâncias contextuais justificam uma pluralidade de conceitos diferentes do urbano? Ou podemos cortar esse nó górdio para revelar um conceito coerente de cidade como um objeto de investigação teórica?

Defendemos uma resposta positiva à última questão ao insistir que a essência do processo de urbanização reside no duplo status das cidades como aglomerados de atividade produtiva e da vida humana que, então, se desenvolve em redes densas e internamente variadas de interação de uso da terra, lo-

calizações e arranjos políticos/institucionais associados. Mesmo assim, seria um grande erro descartar a variação empírica que existe de uma cidade para outra ou ignorar as variáveis contextuais que moldam a individualidade de cidades específicas. Cinco dessas variáveis parecem desempenhar um papel especialmente importante sem, no entanto, negar a natureza geral da urbanização como um modo particular de integração e interação espacial. O significado e a importância delas para os estudos urbanos podem ser resumidos da seguinte forma:

1. Os níveis gerais de desenvolvimento econômico variam enormemente ao longo do tempo e do espaço. Concomitantemente, as cidades em contextos de desenvolvimento contrastantes apresentam perfis amplamente contrastantes em questões como suas bases econômicas, suas dotações de infra-estrutura e o conjunto de pessoas ricas, pobres e de renda média.
2. As regras que governam a alocação de recursos têm grandes impactos no desenvolvimento urbano. Uma sociedade que aloca recursos através de mercados geralmente o faz de forma diferente de uma que lida com a alocação de recursos através de regras não-mercantis ou através de algum arranjo híbrido, como um sistema de mercado combinado com regulamentos robustos de planejamento urbano.
3. As estruturas predomi-



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

minantes de estratificação social, incluindo variações raciais e étnicas, têm um poderoso impacto na formação de bairros.

4. Uma importante fonte adicional de diferença decorre das normas e tradições culturais. Isso afeta uma multiplicidade de práticas e modos de vida que afetam a paisagem urbana, incluindo a formação, evolução e persistência dos bairros e o funcionamento dos mercados de trabalho locais.

5. As condições gerais da autoridade política e do poder deixam rastros profundos no desenvolvimento urbano em qualquer sociedade. Essas condições tipicamente definem a abrangência das atividades do governo local e do planejamento urbano e, portanto, influenciam o funcionamento espacial detalhado do nexos da terra urbana, assim como elas quase sempre têm fortes implicações na dinâmica local de contestação política.

Em relação a este último ponto, as condições mais amplas de autoridade política e poder são muitas vezes reveladas de forma mediada na paisagem de cidades específicas, como no caso dos remanescentes da monumentalidade imperial que podem ser observados em Londres e Paris, o gigantismo soviético que continua dominando Moscou, as relíquias feudais que abundam nas cidades asiáticas de Bangkok a Pequim e os vestígios coloniais que caracterizam

as cidades em muitas partes da América Latina.

Dadas as peculiaridades dos fenômenos empíricos que ocorrem nas cidades e as maneiras pelas quais as variáveis contextuais enumeradas acima compõem o senso de diversidade irreduzível, as cidades invariavelmente apresentam à primeira vista um grau de individualidade desconcertante. Não é de admirar, então, que tantos analistas estejam tentados a tratar cada cidade como um caso especial e a insistir na inutilidade e nos perigos da abstração conceitual. Nos referimos ao estilo concomitante da análise urbana como um “novo particularismo”, embora devamos acrescentar que existem diferentes caminhos conceituais nesta veia de investigação. Um desses caminhos pode ser identificado nas abordagens que estão atualmente na moda na análise urbana, representadas pela teoria do agenciamento e pela teoria do ator-rede, conforme discutido anteriormente. Na sua aplicação prática em estudos urbanos, essas abordagens tendem a criar um sentido radical de singularidade das cidades, ao focar na descrição de combinações caleidoscópicas de contingências discretas à custa de estruturas e processos recorrentes que são subjacentes às cidades. O método comparativo que atualmente é preferido por vários geógrafos também é, em nossa opinião, uma forma de privilegiar particularidades em resultados urbanos, apesar das reivindicações de Robinson (2011) sobre suas capacidades de geração de teoria. De

fato, um trabalho comparativo significativo requer que tenhamos um claro senso teórico do significado e das propriedades das unidades de análise antes da comparação ser iniciada. Na ausência desse senso, não temos diretrizes no que diz respeito a quais pontos de comparação são apropriados ou aquilo que é precisamente deles, que exige uma investigação comparativa. Nosso argumento aqui não é que as particularidades empíricas são inerentemente desinteressantes ou sem valor, longe disso. Em vez disso, oferecemos o ponto óbvio que, em qualquer desafio científico, a abstração conceitual realmente ajuda o pesquisador a revelar níveis significativos de diversidade e diferença nos dados básicos de observação, assim como é um pré-requisito essencial para a construção de taxonomias empíricas úteis. Em um nível de análise, por exemplo, os subúrbios negros de Paris diferem consideravelmente das comunidades racialmente e etnicamente distintas do sul de Los Angeles ou dos bairros de Caracas. Da mesma forma, os bairros da classe alta de Londres são de textura muito diferente daqueles de Tóquio, assim como esses dois casos são bem diferentes das comunidades privilegiadas de Gávea ou São Conrado no Rio de Janeiro. No entanto, sob as óbvias diferenças empíricas entre esses exemplos (e note que os termos “bairro” e “comunidade” já ressoam com significados teóricos), encontramos mecanismos de segregação social amplamente observá-

veis resultantes das formas nas quais os mercados de terra e habitação funcionam em combinação com relações agonísticas [agonistic] de raça, classe e etnicidade. Da mesma forma, respostas políticas precisas a problemas e dificuldades em qualquer instância específica de desenvolvimento urbano diferem invariavelmente uma das outras, mas novamente, de maneiras que quase sempre podem ser relacionadas à dinâmica do nexo da terra urbana com suas formas genéricas de colapso e de desordem coletiva relacionadas a efeitos de transbordamento negativos, crescimento superaquecido ou declínio econômico crônico, desequilíbrios emprego-habitação, propriedades abandonadas, congestionamento, poluição, infra-estrutura deteriorada, conflitos sobre o acesso ao espaço urbano e bens públicos, bairros socialmente disfuncionais, expansão e todo o resto.

O particularismo, é claro, pode, muitas vezes, ser um atributo positivo do trabalho acadêmico. É uma fonte de detalhes empíricos críticos e de minúcia descritiva, e é, sem dúvida, uma dimensão altamente apropriada dos ricos estudos etnográficos produzidos por muitos dos promotores das abordagens pós-coloniais da análise urbana. Ainda assim, a defesa deliberada da “confusão” da vida urbana em algumas dessas abordagens – como na descrição de Simone (2004: 408) das condições urbanas como sendo surgidas do entrelaçamento de “combinações complexas de objetos, espaços,



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

“pessoas e práticas” – é superficialmente correta, mas radicalmente incompleta porque, como argumentamos, existem regularidades sistemáticas na vida urbana que são suscetíveis a altos níveis de generalização teórica. Ao mesmo tempo, há uma tensão ambígua na literatura urbana pós-colonial entre o particularismo, por um lado, e o impulso à construção e à re-construção teórica, por outro. Uma visão amplamente generalizada em grande parte desta literatura é que as cidades do Sul global contradizem grande parte da teoria urbana formulada até então, e Roy (2009: 820) invocou essa noção como a base da sua afirmação de que é hora de “explodir as geografias teóricas”. O princípio de prosseguir com cuidado é sempre encorajado no trabalho acadêmico, mas igualmente, a iconoclastia total não pode ser justificada unicamente e principalmente com base em que as geografias existentes são fundadas em um limitado “repertório de cidades” que exclui essa ou aquela forma de variação empírica. Somos inteiramente simpatizantes da ideia de que o exame das cidades do Sul global pode exigir uma reformulação radical da teoria urbana, mas a reformulação não se deve apenas ao fato de que essas cidades exibem, à primeira vista, diferenças empíricas das do Norte global (ou, de fato, uma das outras). Em vez disso, essas reformulações deverão vir de insights novos e até então insuspeitos que o estudo da urbanização no Sul global poderá produzir sobre a lógica e sobre

o funcionamento interno dos processos de aglomeração urbana e das dinâmicas associadas do nexo de terra urbana, que é como atualmente entendemos essas questões. Podemos acrescentar, neste contexto, que o apelo a um novo tipo de análise urbana que seja “cosmopolita” (Robinson, 2006) e que enfatize a mundificação das cidades (Roy, 2011b) tem uma qualidade essencialmente gestual em vista da falta de especificidade sobre a forma como ele pode fornecer informações sobre a gênese e sobre o caráter básico da urbanização, como um sistema fundamentado de espaços densos polarizados e em interação que constituem o nexo de terra urbana. Esta ausência de especificidade é sublinhada pela constatação de Robinson (2011: 13) de que a cidade pode ser vista como “um lugar de agenciamento, multiplicidade e conectividade”, uma declaração quase inteiramente indeterminada que (como a citação de Simone, acima) falha em distinguir a cidade como um fenômeno social único e concreto da vastidão da realidade histórica e geográfica em geral.

Implicações para a pesquisa e para a política urbana

Argumentamos anteriormente que uma teoria urbana viável deve permitir-nos distinguir as dinâmicas da vida social que são intrinsecamente urbanas daquelas que são mais propriamente vistas como situadas fora da esfera estrita do urbano, mesmo quando são detectadas como uma questão de

ocorrência empírica dentro das cidades. A tarefa não é fácil, mas na discussão realizada previamente fornecemos uma série de critérios para qualquer tentativa de lidar com isso.

Nossa abordagem enfatiza os pontos em comum a todos os tipos de cidades e os processos organizacionais que os moldam. Esta maneira de proceder ajuda a proteger contra impulsos precipitados em tomar certos exemplos dramáticos ou peculiares de desenvolvimento urbano (por exemplo, a infra-estrutura arruinada e a violência de Kinshasa, as extensas favelas de Mumbai ou o atual colapso financeiro das cidades do sul da Europa) como um sinal claro de que é necessária uma reformulação da teoria (Roy, 2011a; compare com Boo, 2011). Além disso – e esta é certamente uma parte importante de sua força – nossa abordagem enfraquece outro tipo de tentação injustificada (exposta proeminentemente em Dick e Rimmer, 1998) de que todas as cidades ao redor do mundo estão convergindo para um modelo empírico comum. Nenhuma dessas proposições, a propósito, pretende justificar ou promover qualquer uma das teorias do urbano que apareceram e desapareceram no último século ou mais. Muitas teorias insuficientes foram formuladas ao longo dos anos e podemos identificar muitos casos em que as ideias desenvolvidas em um contexto urbano são aplicadas inadequadamente em outros. Um exemplo impressionante desta aplicação incorreta, como observa justamente Robinson

(2006), pode ser encontrada em tentativas de meados do século XX de interpretar a vida urbana no Copperbelt da Zâmbia através da lente da teoria da Escola de Chicago⁸.

Essas preocupações transbordam diretamente em qualquer consideração da relação entre a teoria urbana e a intervenção política. A literatura sobre política urbana já abriu um debate frutífero sobre este assunto, fazendo uma distinção entre as “políticas de lugar” que visam cidades ou partes de cidades particulares e as “políticas para pessoas” que visam categorias socioeconômicas particulares, independentemente da localização (Glickman, 1981; Glaeser e Gyourko, 2005; Freedman, 2012). Os analistas da pobreza urbana, em particular, discutiram vigorosamente essa distinção e progrediram bastante na identificação das potencialidades e limites das políticas voltadas para o lugar (como intervenções que buscam moderar a concentração espacial ou o isolamento de pessoas pobres em certos bairros) versus aquelas focadas em pessoas (como intervenções direcionadas para fatores corretivos, como desintegração familiar ou fracasso educacional). As questões aqui apresentadas estão longe de ser encerradas, e o debate permanece aberto à medida que a pesquisa continua a desenvolver novos resultados sobre o urbano e sobre as raízes socioeconômicas da pobreza e da desigualdade. Há também muitas afirmações claramente exageradas na literatura sobre o papel e a potência das cida-

8 - *Devemos acrescentar que a teoria da Escola de Chicago também foi gravemente falha mesmo quando aplicada a Chicago.*



Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

des na vida política. Por exemplo, uma literatura abundante no momento vê o urbano como principal fonte de tendências e movimentos políticos emancipatórios (por exemplo, Soja, 2010; Harvey, 2012). Não há dúvidas sobre o papel das cidades, precisamente devido ao tamanho e à densidade, como centros de debate político e pontos de destaque do protesto popular e da mobilização política, e essas questões devem ocupar um lugar proeminente em qualquer teoria urbana geral; assim como conflitos especificamente urbanos sobre questões como o acesso a itens de consumo coletivo na cidade ou diferenciais injustos nos gastos públicos em desenvolvimento de bairros. No entanto, a etiologia básica da contestação política na sociedade contemporânea se estende muito além do domínio da cidade em senti-

do estrito, pois atinge o núcleo mesmo da vida social, onde os mecanismos básicos da injustiça, da desigualdade, da opressão política e as outras causas principais da desigualdade e da instabilidade residem. Por conseguinte, não hesitamos em caracterizar como casos de severo excesso conceitual as reivindicações atualmente generalizadas que tendem a assimilar todas as formas de ação social e política em uma totalidade urbana (Cox, 2001; Purcell, 2006). Mesmo no século XXI, quando, pela primeira vez na história humana, a maior parte da existência humana está geograficamente contida nas cidades, nem tudo nem a maior parte dessa existência – apesar do que diz Lefebvre – pode ser descrita como sendo intrinsecamente urbana nos sentidos que apresentamos acima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abu-Lughod, J. (1965) Tale of two cities: the origins of modern Cairo. *Comparative Studies in Society and History* 7.4, 429–57.
- Amin, A. and S. Graham (1997) The ordinary city. *Transactions of the Institute of British Geographers* 22.4, 411–29.
- Amin, A. and N. Thrift (2002) *Cities: reimagining the urban*. Polity, Cambridge.
- Bairoch, P. (1988) *Cities and economic development*. University of Chicago Press, Chicago.
- Black, D. and J.V. Henderson (2003) Urban evolution in the USA. *Journal of Economic Geography* 3.4, 343–72.
- Boo, K. (2011) *Behind the beautiful forevers: life, death and hope in a Mumbai undercity*. Random House, New York.
- Bourguignon, F. and C. Morrisson (2002) Inequality among world citizens: 1820–1992. *American Economic Review* 92.4, 727–44.
- Braudel, F. (1995 [1949]) *The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles.
- Brenner, N. (1999) Globalisation as reterritorialisation: the re-

scaling of urban governance in the European Union. *Urban Studies* 36.3, 431–51.

Brenner, N. (2013) Theses on urbanization. *Public Culture* 25.1, 85–114.

Castells, M. (1968) Y a-t-il une sociologie urbaine? *Sociologie du Travail* 1.1, 72–90.

Castells, M. (1972) *La question urbaine*. Maspero, Paris.

Charlot, S. and G. Duranton (2006) Cities and workplace communication: some quantitative French evidence. *Urban Studies* 43.8, 1365–94.

Childe, V.G. (1950) The urban revolution. *Town Planning Review* 21.1, 3–17.

Cochrane, A. (2006) *Understanding urban policy: a critical introduction*. Blackwell, Oxford.

Cox, K.R. (2001) Territoriality, politics and the urban. *Political Geography* 20.6, 745–62.

Dick, H.W. and P.J. Rimmer (1998) Beyond the third world city: the new urban geography of South-East Asia. *Urban Studies* 35.12, 2303–21.

Duranton, G. and D. Puga (2004) Micro-Foundations of urban agglomeration economies. In J.V. Henderson and J.-F. Thisse (eds.), *Handbook of regional and urban economics*, Elsevier, Amsterdam.

Duranton, G. and M. Storper (2008) Rising trade costs? Agglomeration and trade with endogenous transaction costs. *Canadian Journal of Economics* 41.1, 292–319.

Fariás, I. and T. Bender (eds.) (2010) *Urban assemblages: how actor-network theory changes urban studies*. Routledge, London.

Freedman, M. (2012) Place-based programs and the geographic dispersion of unemployment. Working Paper, Department of Economics, Cornell University, Ithaca, NY.

Friedmann, J. and G. Wolff (1982) World city formation: an agenda for research and action. *International Journal of Urban and Regional Research* 6.3, 309–44.

Fujita, M. and J.-F. Thisse (2002) *Economics of agglomeration: cities, industrial location, and regional growth*. Cambridge University Press, Cambridge.

Glaeser, E.L. and J. Gyourko (2005) Urban decline and durable housing. *Journal of Political Economy* 113.2, 345–76.

Glickman, N.J. (1981) Emerging urban policies in a slow-growth economy: conservative initiatives and progressive responses in the US. *International Journal of Urban and Regional Research* 5.4, 492–528.

Harvey, D. (1973) *Social justice and the city*. Edward Arnold, London.

Harvey, D. (2007) *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press, Oxford.

Harvey, D. (2012) *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Verso, London.

Henderson, J.V. (2010) Cities and development. *Journal of Regional Science* 50.1, 515–40. Henderson, J.V. and A.J. Venables (2009) Dynamics of city formation. *Review of Economic Dynamics* 12.2, 233–54.

Hummels, D. (2008) Transportation costs and international trade in the second era of globalization. *Journal of Economic Perspectives* 21.3, 131–54.

Jackson, P. (1989) Geography, race and racism. In R. Peet and N. Thrift (eds.), *New models in geography*, Volume 2, Unwin Hymen, London.

Jacobs, J. (1969) *The economy of cities*. Vintage, New York.

Jacobs, J. (1998) *The edge of empire: postcolonialism and the city*. Routledge, London.

Jessop, B. (1997) The entrepreneurial city: re-imagining localities, redesigning economic governance, or restructuring capital? In N. Jewson and S. MacGregor (eds.), *Transforming cities: contested governance and new spatial divisions*, Routledge, London.

King, A.D. (1976) *Colonial urban development: culture, social power and environment*. Routledge and Kegan Paul, London.

Lefebvre, H. (1970) *La révolution urbaine*. Gallimard, Paris.

Maddison, A. (2001) *The world economy: a millennial perspective*. OECD Development Center, Paris.

Mann, C.C. (2011) *1493: uncovering the new world Columbus created*. Vintage, New York.

Massey, D. (1991) Flexible sexism. *Environment and Planning D: Society and Space* 9.1, 31–57.

McCormick, M. (2001) *Origins of the European economy: communication and commerce AD 300–900*. Cambridge University Press, New York.

McDowell, L. (1983) Towards an understanding of the gender division of urban space. *Environment and Planning D: Society and Space* 1.1, 59–72.

McFarlane, C. (2010) The comparative city: knowledge, learning, urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research* 34.4, 725–42.

McFarlane, C. (2011) Assemblage and critical urban praxis. *City* 15.3/4, 204–24.

McKinsey Global Institute (2012) *Urban world: cities and the rise of the consuming class*. http://www.mckinsey.com/insights/urbanization/urban_world_cities_and_the_rise_of_the_consuming_class. Accessed 21 February 2014.

Ong, A. and S.J. Collier (2004) *Global assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems*. Wiley-Blackwell, London.

Park, R.E., E.W. Burgess and R.D. McKenzie (1925) *The city*. University of Chicago Press, Chicago.

Perec, G. (1974) *Espèces d'espaces*. Galilée, Paris.

Pirenne, H. (1952 [1925]) *Medieval cities: the origins and revival of trade*. Princeton University Press, Princeton, NJ.

Pred, A.R. (1973) *Urban growth and the circulation of information: the US urban system, 1790–1840*. Harvard University Press, Cambridge, MA.

Purcell, M. (2006) Urban democracy and the local trap. *Urban Studies* 43.11, 1921–41.

Rankin, K.N. (2011) Assemblage and the politics of thick description. *City* 15.5, 563–69.

Reades, J. (2010) *The place of telecommunications: spatial decision-making by firms in the age of global communication*. Unpublished PhD thesis, Bartlett School, Department of Town and Country Planning, University College, London.

Renaud, B. (1979) *National urbanization policies in developing countries*. World Bank, Washington, DC.

Robinson, J. (2004) In the tracks of comparative urbanism: difference, urban modernity and the primitive. *Urban Geography* 25.8, 709–23.

Robinson, J. (2006) *The ordinary city: between modernity and development*. Routledge, London.

Robinson, J. (2011) Cities in a world of cities: the comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research* 35.1, 1–23.

Roweis, S.T. and A.J. Scott (1978) The urban land question. In K. Cox (ed.), *Urbanization and conflict in market societies*, Maaroufa, Chicago.

Roy, A. (2009) The 21st-century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies* 43.6, 819–30.

Roy, A. (2011a) Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research* 35.2, 223–38.

Roy, A. (2011b) Urbanisms, worlding practices and the theory of planning. *Planning Theory* 10.1, 6–15.

Roy, A. and A. Ong (2011) *Worlding cities*. Wiley Blackwell, London.

Sampson, R. (2012) *The great American city and the enduring neighborhood effect*. University of Chicago Press, Chicago.

Sassen, S. (1991) *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press, Princeton.

Sassen, S. (2008) *Territory, authority, rights; from medieval to global assemblages*. Princeton University Press, Princeton, NJ.

Saunders, P. (1981) *Social theory and the urban question*. Hutchinson, London.

Scott, A.J. (1980) *The urban land nexus and the state*. Pion, London.

Scott, A.J. (1988) *Metropolis: from the division of labor to urban form*. University of California Press, Berkeley.

Scott, A.J. (2001) Globalization and the rise of city-regions. *European Planning Studies* 9.7, 813–26.

Scott, A.J. (2011) Emerging cities of the third wave. *City* 15.3/4, 289–381.

Simone, A. (2004) People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture* 16.3, 407–29.

Slater, T. (2013) Your life chances affect where you live: a critique of the ‘cottage industry’ of neighbourhood effects research. *International Journal of Urban and Regional Research* 37.2, 367–87.

Smith, M.E. (2009) V. Gordon Childe and the urban revolution: an historical perspective on a revolution in urban studies. *Town Planning Review* 80.1, 3–29.

Soja, E. (2010) *Seeking spatial justice*. University of Minnesota Press, Minneapolis.

Sonn, J.W. and M. Storper (2008) The increasing importance of geographical proximity in technological innovation: an analysis of U.S. patent citations, 1975–1997. *Environment and Planning A* 40.5, 1020–39.

Storper, M. (1997) *The regional world: territorial development in a global economy*. Guilford Press, New York.

Storper, M. (2013) *Keys to the city: how economics, institutions, interactions and politics shape development*. Princeton University Press, Princeton, NJ.

Storper, M. and A.J. Venables (2004) Buzz: face-to-face contact and the urban economy. *Journal of Economic Geography* 4.4, 351–70.

Wachsmuth, D., D.J. Madden and N. Brenner (2011) Between abstraction and complexity: meta-theoretical observations on the assemblage debate. *City* 15.6, 740–50.

Waldinger, R. and M. Bozorgmehr (eds.) (1996) *Ethnic Los Angeles*. Russell Sage Foundation, New York.

Ward-Perkins, B. (2005) *The fall of Rome and the end of civilisation*. Oxford University Press, Oxford.

Wheatley, P. (1971) *The pivot of the four quarters: a preliminary enquiry into the origins and character of the ancient Chinese city*. Aldine, Chicago.

Wirth, L. (1938) Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology* 44.1, 1–24.

World Bank (2009) *World development report: reshaping economic geography*. World Bank, Washington, DC.

Zorbaugh, H.W. (1929) *The Gold Coast and the slum: a sociological study of Chicago’s Near North Side*. Chicago University Press, Chicago.

Zucker, L.G. and M.R. Darby (2006) Movement of star scientists and engineers and high-tech firm entry. Working paper 12172, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.